

Editorial

A Revista Portuguesa de História é um periódico científico que se situa na área da História acolhendo, principalmente, artigos de História Nacional e do Império Português, mas também estudos sobre outros países. No presente tomo publicam-se artigos de historiadores portugueses e de outros países, nomeadamente espanhóis, alemães, chineses e brasileiros, o que expressa a sua forte internacionalização.

Desde a sua criação, em 1941, a RPH tem-se distinguido pela qualidade dos seus artigos. Sinal do reconhecimento do seu mérito foi a integração na última década nas principais plataformas internacionais e a passagem, na última atualização do Índice SJR (Scimago Journal & Country Rank), do quarto para o segundo nível do ranking mundial (Q2).

Este periódico está apostado em seguir as tendências historiográficas atuais – em termos de temas, metodologias, modelos explicativos e escalas: o local e o global, o nacional e o transnacional –, como se comprova pelo conteúdo dos artigos publicados neste volume.

Numa visão panorâmica do conteúdo do volume 53 da RPH destacam-se os seguintes campos:

1. Historiografia portuguesa e consciência histórica.

O volume 53 da RPH abre com um artigo de autoria de Maria Helena da Cruz Coelho que nos apresenta uma leitura histórica da faceta literária de Alexandre Herculano, expressa na obra *Monge de Cister*, identificando e situando em contexto as figuras políticas que nela se representam.

Segue-se o estudo de Sérgio Campos Matos dedicado a Joaquim de Carvalho, o filósofo e historiador (membro da direção da RPH nos primeiros anos da sua existência) cujo magistério e produção científicas influenciaram os seus discípulos na Faculdade de Letras de Coimbra projetando a sua visão do mundo para outros espaços académicos, o que leva o autor deste estudo a afirmar: “Sem a sua inspiradora obra, a historiografia da segunda metade do século XX sobre o Portugal contemporâneo teria sido sem dúvida outra”.

“A consciência histórica não se exprime só numa dada relação com o passado, está também num olhar sobre o tempo presente e sobre o futuro” (Sérgio Campos

Matos). Converte com esta conceção de História o artigo de Ana Isabel Ribeiro e Marília Gago, docentes na área da Didática da História. Em “História e Educação Histórica: que diálogos e desafios?”, as duas autoras apresentam o resultado das reflexões de vários especialistas, bem como interpretações próprias sobre os métodos mais adequados de ensinar história, visando contribuir para que esta disciplina se constitua como um meio de pensar e compreender o presente de forma crítica e informada e como modo de preparação dos jovens para os desafios do futuro.

2. Movimentos de cariz político e social ocorridos em Portugal, Espanha e no Brasil.

Neste campo integra-se o artigo dos historiadores alemães Jens Ivo Engels e Mauricio Homberg que, com base na exploração de jornais, panfletos e bibliografia, constroem uma representação do fenómeno classificado como “corrupção” na primeira República Portuguesa (1910-1926).

Situando-se num plano analítico e numa escala regional, Manuel Baiôa, no artigo que intitula “Partido Republicano Português no Alentejo no ocaso da Monarquia”, aborda a afirmação do Partido Republicano Português (PRP) no Alentejo (Portugal). Analisa, de forma pormenorizada, as estruturas organizativas, ao nível das comissões concelhias, distritais e centros políticos deste partido e os resultados eleitorais do PRP na região alentejana.

O fenómeno republicano assume neste número da Revista três ângulos de análise. M^a Concepción Marcos del Olmo no estudo que intitula “El impacto de la política laicista republicana en la secularización de las conciencias: el cumplimiento pascual en la España de 1931-1936” apresenta indicadores de natureza quantitativa, cruzados com documentação qualitativa, sobre o cumprimento das práticas pascais, para apurar uma geografia diferencial do impacto do movimento de secularização em Espanha, ocorrido no quinquénio de 31-36, na diversidade de regiões, de condições sociais e de género. A autora apresenta ainda alguns antecedentes da secularização no território espanhol e efetua comparações com expressões do movimento republicano em Portugal e em Itália.

Nos inícios do século XX, nomeadamente na sequência da Revolução Russa de 1917, ocorrem por toda a Europa movimentos de protesto, sendo alguns protagonizados por anarquistas. Eduardo de Oliveira no estudo “Sobre bombas e deportações: anarquistas portugueses e o movimento operário no Rio de Janeiro (1918-1921)”, tendo como fonte documentação judicial e de

cariz jornalístico, traça-nos um quadro impressionante da “onda” de bombas que perturbou o quotidiano da cidade do Rio de Janeiro, criando um ambiente de grande instabilidade. A autoria de alguns dos incidentes foi atribuída a portugueses imigrantes, operários ou eventualmente a jovens carenciados facilmente aliciados pelos ideais anarquistas.

A violência é um fenómeno transversal a todos os períodos históricos, variando, no entanto, os seus protagonistas bem como a sua legitimação pelo estado. A Idade Média portuguesa é muitas vezes representada como particularmente violenta atendendo ao facto de o “estado” em processo de centralização, não ter adquirido ainda o monopólio da violência legítima. João Castro Portugal, no estudo intitulado “A violência senhorial nas Inquirições Gerais de 1288 e Sentenças de 1290”, apresenta, de forma minuciosa, o uso da força física excessiva, por vezes brutal, para consolidar ou aumentar honras e privilégios senhoriais.

Assumindo a forma de recensão crítica, destacamos neste tópico a leitura que Cristina Batista Lopes faz da obra António Costa Pinto, *O regresso das ditaduras?* (2021) em que o autor reflete sobre alguns comportamentos políticos atuais que constituem ameaças às democracias.

3. A construção do Império: estratégias sociais de mobilidade e implantação de instituições.

A construção dos impérios consistiu, em grande parte, na implantação nos territórios a colonizar de instituições, modelos e processos vigentes nas metrópoles adaptados às circunstâncias próprias dos lugares.

Sabemos que nas sociedades de Antigo Regime era possível a mobilidade social individual. Para atingir esse objetivo, os indivíduos usavam o seu conhecimento das estratégias de mobilidade e distinção social vigentes no reino, nomeadamente as decorrentes da economia das mercês. Eduardo José Santos Borges no texto que intitula “O doutor José Pires de Carvalho e Albuquerque: um consumado modelo de trajetória social ascendente no contexto do antigo regime na Bahia colonial” apresenta-nos o percurso social de uma família que, num período de 150 anos, permitiu a um descendente de um artesão minhoto ascender ao cargo de secretário do Estado e da Guerra do Brasil. Trata-se de um estudo de caso que, segundo o autor, pode ser usado “como referência de uma consistente trajetória de ascensão e mobilidade social ascendente de uma parcela das elites que se formaram na América portuguesa”.

Ainda no campo dos estudos sobre o Império, a RPH publica um artigo de José Pedro Paiva, Pollyanna Mendonça Muniz e Michelle Britto intitulado “A justiça infra-diocesana no império português (c. 1514-1755). Raízes do modelo, normativas, ação e geografia da rede”. Estamos perante um artigo fundamentado num vasto núcleo documental e bibliográfico enriquecido com uma cartografia demonstrativa da distribuição da rede da “justiça periférica”, composta por juizes da vara ou pedâneos, nos diversos territórios do império português, que atuavam em articulação com os órgãos diocesanos, de forma mais próxima ou mais longínqua, com mais ou menos competências, no exercício da justiça eclesiástica.

Do atrás exposto ousamos afirmar que o volume 53 da RPH integra um conjunto de artigos que contribui para o aprofundamento do conhecimento historiográfico de aspetos muito relevantes da História de Portugal, de Espanha e do Império português.

Finalmente, cumpre-nos, em primeiro lugar, agradecer aos autores dos artigos e das recensões o facto de nos terem proposto a divulgação dos resultados da sua investigação. Em segundo lugar, exprimimos a nossa gratidão aos historiadores que generosamente efetuaram a revisão científica dos artigos publicados, bem como de muitos outros que foram propostos para publicação, conferindo à RPH o nível de qualidade exigido pelos padrões internacionais.

Manifestamos também o nosso reconhecimento a todos aqueles que tornaram possível a edição deste volume. A coordenação técnica da revista foi feita pela Dr.^a Carla Rosa a quem agradecemos o empenhamento, profissionalismo e competência evidenciados no atento trabalho de acompanhamento dos textos submetidos para publicação, desde a sua inserção na plataforma até à sua revisão final.

Apresentamos ainda os nossos agradecimentos ao Sr. Diretor da FLUC e à Sr.^a Diretora do DHEEAA pelo suporte institucional dado à RPH. Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade agradecemos o acolhimento da publicação da RPH, agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra que dão o sempre o seu melhor no sentido de que a publicação ocorra com a pontualidade anual exigida aos periódicos científicos.

Margarida Sobral Neto

Maria Antónia Figueiredo Lopes